

ATA DA 003ª SESSÃO ESPECIAL DA  
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA  
REALIZADA EM 09 DE MARÇO DE 2021  
CONVOCAÇÃO DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE-SC  
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO MAURO DE NADAL

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mauro de Nadal) -  
Invocando proteção de Deus, declaro aberta a  
presente sessão especial.

Senhoras Deputadas, senhores Deputados, a  
presente sessão especial foi convocada através de  
requerimento dos senhores Deputados Bruno Souza e  
Jessé Lopes, e aprovada pelos demais Parlamentares,  
para ouvir o senhor Secretário de Estado da Saúde,  
que prestará esclarecimentos acerca da rescisão do  
contrato com a organização social SPDM, e  
contratação da empresa OZZSaúde - Eireli, para  
operar as unidades do SAMU no Estado de Santa  
Catarina, considerando custos operacionais,  
fiscalização, revisão do contrato e demais  
irregularidades pertinentes à gestão atual.

Consulto a assessoria se o Secretário de  
Estado da Saúde já está *on-line*.

Secretário, seja bem-vindo à nossa sessão  
especial. Como é de praxe aqui no Parlamento  
Catarinense, o autor do requerimento aprovado na  
Casa preside a presente sessão, então, nesse  
momento, passo o comando dos trabalhos ao  
excelentíssimo senhor Deputado Estadual Bruno  
Souza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bruno Souza) - Boa  
tarde a todos.

Muito obrigado Presidente, agradeço pela  
condução dos trabalhos até aqui. Eu vou expor  
rapidamente a metodologia que nós conduziremos  
esses trabalhos. O Secretário da Saúde do Estado  
fará inicialmente uma exposição dos objetos da sua  
convocação, pelo prazo de até 15 minutos,  
respondendo a seguir as interpelações dos senhores  
líderes de bancadas ou Deputados por eles  
indicados, ou seja, o Secretário faz uso durante  
15 minutos, depois responde aos Deputados  
inscritos para fazer as interpelações.

Encerrada a exposição do secretário, os senhores líderes formularão perguntas, não podendo, cada um, exceder o tempo de três minutos. A cada três perguntas formuladas, o Secretário terá o prazo de até cinco minutos para responder as indagações. Portanto, para que nós possamos ser objetivos, eu já concedo a palavra ao Secretário da Saúde, André Motta Ribeiro, por até 15 minutos.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE (André Motta Ribeiro) - Senhores, boa tarde. Eu quero, mais uma vez, agradecer a oportunidade de estar aqui na Casa do Povo catarinense, prestando esclarecimentos importantes aos senhores Parlamentares e à sociedade.

Cumprimentar o Presidente dessa Casa, Mauro de Nadal, também o nosso Presidente da Comissão de Saúde, Neodi Saretta, e a coordenação desta sessão, Deputado Bruno Souza, e assim, cumprimentando a todos que nos acompanham, todos os Parlamentares e outras autoridades que aqui estão presentes.

Eu vou então colocar uma pequena apresentação, pretendo ser breve, para contextualizar o que está acontecendo desde o início do contrato novo e findo, do contrato antigo da SPDM com a entrada da OZZ.

Senhores deputados, enxergam a apresentação?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bruno Souza) - Sim, enxergamos.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE (André Motta Ribeiro) - Obrigado, Deputado Bruno. Essa é uma *timeline* da história do SAMU, muito resumida. O SAMU surgiu em 2004, e em 2012 a SPDM assumiu então a gestão de todos os processos de APHmóvel do Estado.

Em 2015 houve já uma discussão para possível ou provável integração, mas de fato isso ganhou força em julho de 2017, até por algumas dificuldades que aconteciam naquela época referente à empresa que, até então, fazia essa gestão, a SPDM. Então, por uma questão da empresa, e até de forma unilateral, o contrato do SAMU que findava em 2017, intempestivamente informou ao

Estado que não teria mais interesse em permanecer, criando uma dificuldade grande no final de ano, e a necessidade de fazer uma dispensa de licitação, que foi vencida naquela época pela empresa OZZ. Então, em dezembro de 2017, a empresa assume em caráter emergencial, 180 dias, esse contrato, e logo em maio do próximo ano de 2018, então tivemos uma licitação com a abertura para participação de várias empresas, onde a empresa OZZ, mais uma vez, vence essa licitação.

Neste momento, então, o contrato é assinado, em 18 de junho de 2018 e, por um entendimento, um questionamento judicial por um prazo de publicidade, o Tribunal de Justiça na época, e depois de vários meses de contrato firmado e o serviço em andamento, entendeu que haveria necessidade de algumas adequações, e também de republicar esse contrato, porque houve um questionamento de um dos concorrentes naquele momento.

Então em 2019, nós tivemos essas discussões, tentando adequar as responsabilidades e as necessidades de contrato com a manutenção de um serviço essencial, que é o SAMU, em um momento em que estávamos reconstruindo esse serviço no Estado. De qualquer forma, também por entendimento de necessidades de adequação, e também atendendo a um pedido, uma determinação judicial, no final de 2019, houve uma tentativa de publicar uma licitação com as adequações solicitadas, que acabou sendo suspensa em função de alguns questionamentos judiciais.

Então, entramos em 2020 com alguns apontamentos por parte da empresa, de inadequações do contrato, desde o seu início, mas sempre com diálogo muito franco, tentando entender quais seriam essas adequações, e tivemos algumas reuniões, no início de 2020, para tentar organizar essas necessidades, mas foi um momento que entramos em uma calamidade pública em função do coronavírus. E por conta disso, 2020 transcorreu de uma forma bastante atribulada, os senhores têm acompanhado, inclusive várias vezes estive nessa Casa, trazendo explicações sobre o que estava

acontecendo em 2020, mas até então o serviço vinha se mostrando com uma qualidade aceitável às solicitações do Estado, uma boa parte sendo contemplada pela empresa, mas em 2020 começamos a ter dificuldades, talvez em função da própria pandemia, e do aumento de insumos e dificuldades de fornecimento, então nós começamos, a partir daí, a ter algumas dificuldades.

Lembrando que lá no início, quando se assinou o contrato de 2018, esse contrato foi assinado com o Corpo de Bombeiro Militar, e fez então essa integração com a SES, com a SAMU, com um termo de cooperação técnica e portaria conjunta, como estão aí colocados nessa transparência e, a partir de 2019, a Secretaria de Estado reassume a gestão deste contrato.

Para organizar melhor o serviço, também foi trazido para dentro do nosso organograma, o que era uma gerência do SAMU antes, foi transformado em uma Superintendência de Urgência e Emergência, por entendermos a importância do tema e dessa atividade dentro da saúde pública do Estado. Dentro dessa superintendência, nós temos duas diretorias, uma diretoria de porta fixa e do APH móvel, que é justamente a que lida com as questões do SAMU e desse contrato da OZZ.

Nós então fortalecemos essa integração com todas essas estruturas colocadas no Estado, Bombeiro Militar entrando com compartilhamento de bases e equipamentos, também de protocolos de atendimentos, bastante importante para nós. Nós aumentamos a nossa capacidade de atendimento do APH móvel, e também melhoramos nossos índices, até o início de 2020, de forma considerável. Alguns resultados dessa gestão integrada, a unificação das bases, nós temos a grande maioria das bases, hoje, unificadas dentro de estruturas de Estado, que são batalhões de bombeiro militar. Nós trouxemos também uma qualificação muito interessante para o nosso serviço aeromédico, que ele é tido como um dos melhores do Brasil, senão o melhor, e mais outras estruturações, de coordenação de rede, de treinamento das pessoas,

criamos setor jurídico, controle de prestação de contas e várias outras atividades.

Para que se tenha uma ideia de contrato, esse aqui é o repasse que foi contratado com a SPDM, no ano de 2017, aparece ali o valor de R\$109.859.000,00 por ano para a SPDM, não terminou o mês de dezembro, mas se tivesse terminado o ano, este contrato corresponderia então, lá em 2017, a R\$ 115 milhões ao ano, para fazer a gestão do SAMU pela SPDM. E quando a gente entra no contrato da OZZ, percebe-se que o valor é o mesmo, foi uma concorrência, a própria SPDM participou dessa concorrência, mas veio com um valor muito superior. Então, esses são os valores que foram repassados pela empresa, desde o início do contrato, em junho, e de fato se torna o contrato por licitação, por preço e por oferta de serviços de gestão de processos, e os termos aditivos, são termos legais que vieram sendo trazidos para esse contrato por esse período.

Então os reajustes são esses, nós tivemos no final de 2020 mais um reajuste, lembrando que o Estado pagou, religiosamente em dia, a empresa, nós já havíamos feito o saneamento da nossa dívida histórica da saúde, com isso nós conseguimos trazer para os nossos parceiros esses pagamentos de forma mais adequada. Então, o tipo de contratação está conforme a legislação posta aos senhores, é o valor global de oferta de serviço, de RH com todos os seus direitos, dentro dessa contratação, insumos, manutenção de ambulâncias, de equipamentos, também da central de regulação, do sistema de chamada e outros.

Alguns impasses, então, que aconteceram no processo, lá no início tínhamos a intenção de fazer uma migração das oito centrais de regulação para uma central única, isso não ocorreu, e também isso foi trazido para o contrato, a licença de uso e manutenção no *software* é apontado pela empresa como não constante no contrato, mas no nosso entendimento ele é um pouco diverso disso. A migração do sistema CR-SAMU para a linguagem PHP também era uma obrigação inicial que não foi cumprida, e algumas outras discrepâncias que estão

em não concordância com algumas questões que são colocadas aí. Serviço aeromédico, nós fornecemos alguns profissionais treinados, aliás muito bem treinados, mas também há um entendimento da empresa que, na substituição desses profissionais, deveríamos ser um aporte de recursos, mas tudo isso estava lá no contrato inicial e foi assinado por todos no dia 18 de junho de 2018. A questão da CAF também é uma questão controversa por conta da manifestação da própria empresa.

Então os pagamentos estão absolutamente ...  
(instabilidade na conexão)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bruno Souza) - Acredito que travou a conexão do Secretário. Vamos tentar retomar o contato com o Secretário. A conexão com o Secretário está fragilizada, e vamos retomar o tempo que ele ficou impossibilitado de falar.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE (André Motta Ribeiro) - Os senhores me escutam?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bruno Souza) - Agora sim. O senhor pode retomar a sua fala, por favor.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE (André Motta Ribeiro) - Houve uma queda aqui, eu vou voltar então. No segundo semestre de 2020, teve algumas dificuldades, talvez até em função da própria pandemia, então o Estado acabou trazendo algumas solicitações para a empresa, oficiando a empresa, e no final do ano algumas questões foram trazidas já para notificações mesmo. Aquilo que era apontado como inconsistência, nós buscamos o diálogo, e em função da pandemia, para não haver ruptura e descontinuidade dos serviços na nossa Superintendência de Urgência e Emergência, tentamos trazer um entendimento para que todos pudessemos manter o serviço essencial nesse momento de pandemia.

Então, aqui são alguns exemplos de solicitações e de penalizações, inclusive, por parte do Estado para a própria empresa, houve até manifestação no Ministério Público do Trabalho, e nós solicitamos comprovante de responsabilidade da empresa, de todas as obrigações e também os

direitos trabalhistas do nosso pessoal, que foi uma imposição do Estado, que as pessoas fossem estão contratadas de forma muito clara, apesar da empresa manifestar, eventualmente, que tenha alguns entendimentos outros.

Então são só umas comprovações da discussão, na tentativa sempre de manter os serviços funcionando, de tentar qualificar um serviço que vinha bem, até o final de 2019, mas que no último ano, realmente, começou a apresentar alguns problemas. *[Transcrição: Northon]*

Nós renovamos a frota de veículos, renovamos os equipamentos, a gente fez melhorias em bases, mas, em algumas situações, as coisas se tornaram um tanto quanto precárias. Isso aqui é uma comprovação de que nós estamos absolutamente em dia com a empresa, quando se busca no portal da transparência o que está empenhado, o que está liquidado de recursos financeiros. E por ser justamente essencial esse serviço, nós estamos articulando um plano de contingência para que as inconsistências sejam resolvidas, sem prejuízos maiores aos serviços, não é, e trazendo de volta a qualidade que esse serviço merece, e o respeito aos seus integrantes do corpo funcional e à sociedade catarinense.

Algumas coisas, de obrigação, que estão sendo executadas, então, mas algumas outras não estão sendo executadas. A gente tem apontado isso e cobrado da empresa para que cumpra, na verdade, com as suas responsabilidades contratuais.

Então quase finalizando, por solicitação da empresa, nós encaminhamos à nossa Procuradoria-Geral do Estado esses questionamentos, e há um entendimento da Procuradoria de que não faz muito sentido a forma como está sendo questionada pela empresa OZZ, visto que existem obrigações contratuais que precisam ser cumpridas. Alguns valores que foram utilizados pela empresa para a reforma do quarto andar, onde acabou não saindo lá a central unificada, mas que serviu ao Estado, que hoje é ocupado pelo Corpo de Bombeiros Militares. E algumas EPIS solicitadas também, no início da pandemia, em fevereiro, há o entendimento de que o

Estado deve repassar esses recursos para empresa e isso está sendo providenciado. São recursos de aproximadamente R\$900 mil, extracontratuais.

Aqui é o perfil dos nossos colaboradores, entre todos os que compõem o serviço de APH móvel, e o Estado ele é responsável pelas ambulâncias UTIs e, também, pelas Centrais de Regulação, esse é o quantitativo de pessoas envolvidas nesse serviço. Então as bases são compartilhadas, como já havia comentado, o que trouxe um ganho de qualidade, também diminuindo o custo desse contrato. Algumas bases ainda são locadas, mas essas também estão sendo migradas para estruturas de Estado, e aqui temos alguns exemplos de bases compartilhadas. Nós temos um plano estratégico, se houver algum tipo de dificuldade, de continuidade desse serviço, e também outras tantas articulações com o nosso corpo funcional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bruno Souza) - São 30 segundos para encerrar, Secretário. Secretário, o microfone está ligado. O Secretário finalizou, acredito.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE (André Motta Ribeiro) - Está me escutando agora?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bruno Souza) - Sim. O senhor necessita finalizar ou está atendido?

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE (André Motta Ribeiro) - A gente está com certa dificuldade, hoje, de conexão, acho que deve ser pela chuva, mas acho que as informações gerais estão aí. Esta apresentação ela é pública, encaminhada aos senhores, e aqui eu fico então à disposição para poder conversar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bruno Souza) - Exatamente. Já iria começar, inclusive, pedindo ao Secretário para que disponibilize essa apresentação aos Deputados.

Secretário, veio à atenção desta Casa a situação entre a empresa e a Secretaria da Saúde, uma vez que a população corre o risco, ou correu o risco, muitas vezes, de ficar sem o atendimento. E isso, claro, é um assunto pra ser debatido nesta

Casa, que é a casa fiscalizadora do Poder Executivo.

Nós temos assistido, através da mídia, e dos informes oficiais, também, uma disputa de narrativas, e o objetivo dessa convocação foi justamente podermos ouvir o Secretário sobre isso, para poder entender melhor o que está acontecendo. A empresa, pelo seu lado, diz que está pagando despesas que não fariam parte do contrato, já a Secretaria, por sua vez, disse que está pagando o valor teto do contrato. Entretanto, isso não responde a questão, a secretaria está deixando de pagar algo que seria sua incumbência? Pagar o valor máximo, não significa que está pagando algo, que está pagando tudo que deveria ser sua responsabilidade, está apenas dizendo que está pagando um valor máximo, não diz nada além disso.

Portanto, essa guerra de narrativas é muito preocupante, já que é a população que está na ponta, e a população não tem nada, nenhuma relação com isso.

Agradeço pela sua participação. Eu vou passar a palavra agora para o Deputado Jessé Lopes, pelo tempo de até cinco minutos, já que foi o proponente também desta sessão especial.

O SR. DEPUTADO JESSÉ LOPES - Obrigado, Presidente. Obrigado, também, Secretário!

Primeiramente, lamento o senhor não estar presente, acho que uma conversa, olho no olho, é sempre melhor. E também não posso deixar de mencionar a oportunidade de falar em nome dos comerciantes de Santa Catarina, todos que têm coisas que estão sendo fechadas no *lockdown*. O nosso repúdio total à restrição de qualquer pessoa ter acesso ao trabalho. Então, fica aqui o meu repúdio, em nome de todos os comerciantes de Santa Catarina.

Com relação a outra coisa que deveria ter acontecido aqui, era a participação da empresa terceirizada, com os seus representantes podendo, também, fazer seus questionamentos, e a gente colocar dúvidas em pauta, e aqui uma espécie de acareação, para podermos resolver algumas situações e fazer alguns encaminhamentos. Mas eu

tenho alguns questionamentos nesse sentido, Secretário, eu vou fazer, nesse tempo que eu tenho para poder fazer, e espero que o senhor possa estar respondendo.

Começando no começo do problema, Secretário, e para registro, quais foram os motivos que levaram ao rompimento do contrato com a OSSPDM, que gerenciava o SAMU, em Santa Catarina, até o fim de 2016. Essa é a primeira pergunta.

A segunda é, tendo em vista a celebração de um contrato emergencial, sem licitação, com a empresa OZZ Saúde, isso em 2017, pergunto o seguinte: de onde surgiu a OZZ Saúde? Foi indicação de alguém? Foi feita uma busca de precedentes dessa empresa e de seus sócios? Fica aqui mais esse questionamento.

O valor inicial do contrato com a OZZ Saúde era de R\$116 milhões, mais ou menos isso, por ano, mas já foi pago muito mais do que isso com aditivos solicitados pela empresa. Sendo assim pergunto: quais foram os valores pagos à OZZ Saúde, em cada ano de operação, 17/18-18/19-19/20 e 20/21? E desses valores, quanto corresponde à verba de origem federal? Fica aqui esse questionamento. Quatro, quantos aditivos já foram celebrados com a empresa OZZ Saúde, e qual o valor total desses somados?

Esta é a quinta pergunta. Secretário, no dia 12 de novembro de 2020, foi assinada pelo senhor a Portaria SES nº 867, de 2020, que criava um grupo de trabalho que deveria analisar, indicar o contrato de gestão mais adequado a ser aplicado no SAMU. Na época, após estar ciente dessa portaria, eu encaminhei diversas indicações ao senhor e ao Governador do Estado, perguntando pela revisão do contrato e, até mesmo, uma possível rescisão, caso fosse cabível. Em meio a tudo isso, nada mudou no cenário contratual do SAMU, e peço que corrija, se eu estiver errado, e algo já tenha sido feito, mas a pergunta que fica é a seguinte: por que a Secretaria de Estado da Saúde não iniciou um processo de transição para outra gestão, um processo de readequação contratual nessa oportunidade da criação desse grupo de trabalho.

A princípio seriam esses os meus questionamentos. Obrigado, Secretário! Obrigado, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bruno Souza) - Secretário, o senhor conseguiu entender todas as perguntas? Posso lhe passar o tempo para resposta?

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE (André Motta Ribeiro) - Sim, eu consegui. Gostaria já de iniciar então a resposta. Ao Deputado Jessé eu peço desculpas, eu gostaria de estar presente com os senhores aí, mas eu fui informado de que deveria estar a distância. Eu faço a maior questão de estar junto aos senhores Deputados, nessas discussões, seria bastante interessante, de fato, a minha presença aí. Mas eu tive essa informação de que eu deveria ficar a distância neste momento.

Eu preciso só esclarecer que o contrato, como colocado pelo Deputado Bruno Souza, ele é pago na totalidade, ele vem então, lá do início dele, no contrato se percebe, claramente, que é o preço global de serviços que tem que ser ofertado para que o APH móvel possa ser operacionalizado. Então, a manifestação da empresa não significa que o que está colocado por ela é correto, tanto que a PGE já se manifestou contrária a essas solicitações.

A SPDM, ela fez um rompimento unilateral desse contrato, porque na época fazia também a gestão do Hospital Regional de Araranguá e do Hospital Florianópolis, e era numa gestão anterior, era outro Secretário, outro grupo fazia a gestão. E solicitou então reajuste nos contratos de hospitais, que não foram concedidos, e por conta disso a empresa rompeu então, unilateralmente, disse que não gostaria mais de permanecer com o SAMU, um pouco mais de 10 dias antes da finalização do contrato. Uma atitude muito temerosa.

Eu não sei de onde surgiu a OZZ, eu sei que foi uma espécie de licitação feita então pelo Secretário, Gabinete da época, parece que várias empresas compareceram e essa venceu esse contrato emergencial. É claro que tinham alguns requisitos, me parece, lá naquele momento, de ter *expertise* de tratamento e de atuação na área, como a empresa

mostrou que já tinha em outros ambientes. Mas o surgimento, realmente, deve ter vindo respondendo ao chamado do Estado.

Os valores iniciais eram de R\$115 milhões, eu mostrei ali, em uma transparência, que eu vou encaminhar aos senhores, os aditivos são contratuais, eles são também pelo INPC, os reajustes. Foram seis termos aditivos, como eu mostrei na apresentação, então de R\$115 milhões passamos a R\$124 milhões, com 2.5%, 2% de reajustes anuais.

As verbas federais elas vêm para as nossas bases e ambulâncias quando são habilitadas e qualificadas. Têm valores federais envolvidos, mas são em menor monta, corresponde aproximadamente 15%, de que o Estado acaba colocando aí, como recurso próprio, para que esse serviço possa funcionar. Então os aditivos é isso, que já ouvimos falar.

Os grupos de trabalho, sim, foram trazidos por entendermos a melhor forma de fazer a gestão do SAMU, mas infelizmente nós entramos num momento muito complicado da pandemia, e não é simples fazer a transição de uma empresa, desta forma, no meio desse cenário catastrófico em que a gente está nesse momento. Com a APH sendo demandada, de uma forma absurda, com mais de 1000% de aumento de solicitações. Então o grupo de trabalho tem suas conclusões e a gente está trazendo também essa discussão para o momento adequado.

Então, por isso que, até esse momento, a gente não conseguiu evoluir, a nossa tentativa é de fazer o serviço, manter a qualidade que ele tem mantido. Nós não temos diminuição de atendimento, por conta das dificuldades, apesar de algumas ameaças de interrupção. Nós assumimos então, se houvesse descontinuidade, por exemplo, do sistema de chamadas, *internet*, ou outros, o Estado assume isso, até discutir, num momento posterior, as responsabilidades.

Então o cenário de pandemia, de calamidade, é o que nos impede de fazer um movimento drástico, e um movimento de mudança de gestão. É uma gestão que nós estamos tentando, na verdade, ainda,

trazer à adequação do processo, porque até final de 2019, início de 2020, um ano atrás, nós tínhamos um serviço de qualidade. O SAMU, em 2019, não estava na mídia por ser um serviço com algumas dificuldades, muito pelo contrário, nós melhoramos os nossos índices, nós fizemos mais ofertas. Mas 2020 nos trouxe uma outra realidade, nós precisamos, sim, resolver isso, seja com a OZZ, ou achando outro caminho. O fato é que nesse momento fazer uma mudança de gestão é muito complicado, porque aí, sim, me preocupa a desassistência à sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bruno Souza) - Secretário, agora eu faço uso da palavra também por cinco minutos. Secretário, no dia 03 de 12, de 2019, foi publicada a Portaria n. 955, que constituía uma comissão de sindicância investigativa, com a finalidade de apurar supostas responsabilidades, na gestão do Contrato n. 259/2018, envolvendo a Empresa OZZ Saúde. Qual foi o resultado desta investigação? Mais uma: no final do ano passado, houve uma ameaça de paralisação dos empregados da OZZ, por questões salariais e falta de pagamento do 13°. A empresa alegou problemas financeiros por conta de um desequilíbrio financeiro no contrato. Entretanto, nós temos também uma solicitação de reequilíbrio financeiro do contrato feita lá em fevereiro de 2020. Qual foi o parecer da Secretaria de Estado da Saúde sobre essa solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro? Terceiro: há aproximadamente um mês, houve uma ameaça de paralisação dos serviços do SAMU, já que o sistema de atendimento estava na iminência de ser desligado, por conta da falta de pagamento à empresa que fornece o *software*. O senhor falou disso aqui. Além disso, chegou a haver uma interrupção, no caso, do acesso aos prontuários dos pacientes 24 horas na Central de Regulação de Emergência, de Urgência de Chapecó, e relatos de outras localidades por falta de pagamento na *internet*. Esses pagamentos, de acordo com a OZZ, seriam responsabilidade do Estado, e a secretaria alega que essas despesas

são de responsabilidade da terceirizada.  
[Transcrição: Taquígrafa Eliana]

Afinal, contratualmente, de quem são, de quem é a responsabilidade dessas despesas, do Estado ou da contratada, e por último, qual alternativa é considerada pela Secretaria, no caso de uma possível paralisação da OZZ, acredito que essa última é uma pergunta muito pertinente por conta da preocupação da população em relação ao serviço de APH móvel.

Então se o senhor recorda das perguntas, das quatro perguntas que fiz, eu lhe passo a palavra, senão, posso repetir alguma delas.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE (André Motta Ribeiro) - Deputado Bruno, eu acho que entendi sim os seus questionamentos, a sindicância investigativa, estou tentando aqui localizar esse resultado, na verdade, neste momento, eu não tenho aqui comigo estes dados, estes resultados dessa sindicância, mas em breve já vou passar para os senhores.

A questão da paralisação do ano passado, foi uma, apesar do nosso diálogo com a empresa e de tentar não trazer prejuízos, houve uma manifestação da empresa de pagamento parcelado do décimo terceiro salário dos funcionários, o que é inadmissível, não é. A solicitação, na verdade, de reajuste, de reequilíbrio financeiro, foi lá de fevereiro, mas é um contrato que foi assinado em junho. Então, a gente vinha trazendo essas necessidades, e acabamos concedendo os reajustes solicitados, reajustes contratuais pelo INPC, o que trouxe uma segurança, e também notificamos a empresa da necessidade contratual de pagar o 13º em parcela única, e foi assim foi feito, com uma intervenção direta da Secretaria de Estado da Saúde nesse sentido.

A PGE foi muito clara assim na manifestação sobre as responsabilidades contratuais, então nós temos a alegação da empresa, mas tem uma posição muito clara na nossa Procuradoria Geral do Estado, dizendo que as obrigações elas precisam ser cumpridas conforme estão no contrato. Então para o funcionamento do APH móvel, várias necessidades

estão postas ali, desde manutenção de ambulâncias, equipamentos, combustível, uma relação adequada com o RH, com garantias trabalhistas, e também sistema de chamada, não existe APH sem sistema de chamada, que já vinha dessa forma, ele foi desenvolvido em parceria do Estado com a SPDM, e foi absorvido então pela empresa. Assim como a *internet*, não se trabalha hoje com um APH móvel, da forma como ele é tecnologicamente colocado, sem a *internet*.

Quando houve essa ameaça, uma ameaça que me parece um tanto injusta, não é, justamente no final de ano, no momento em que a gente está mais fragilizado, com quase um ano de enfrentamento da pandemia, o Estado imediatamente agiu, chamando a empresa responsável pelo sistema de chamada, e garantindo na eventualidade do não cumprimento por parte da empresa, essa continuidade do serviço, e assim nós o fizemos. A mesma coisa aconteceu com a *internet*, também com telefonia, nós então tomamos à frente, na eventualidade de ruptura ou interrupção dos serviços, que são serviços extremamente importantes para o APH.

E preocupa a todos nós, paralisação, ruptura de contrato, mas é um contrato que está vigente e as partes têm responsabilidades, e por se tratar de um contrato de serviço emergencial, nós temos mecanismos jurídicos para obrigar a empresa a manter por um período essa oferta de serviço, até que se possa, na eventualidade de uma ruptura unilateral, organizar, que o Estado possa assumir essa função. Lembrando que nós temos é capacidade logística e podemos, eventualmente, em caráter emergencial, assumir os contratos, assumir a gestão do processo, até que se defina um modelo mais adequado, ambientalmente mais justo e que torne as coisas mais claras.

Então nós temos fundamento jurídico, é um fundamento que não é só da SES, é de Governo, é da PGE, e tudo que nós estamos fazendo é na tentativa de melhorar esse processo, de melhorar a oferta de serviço, mas nós precisamos entender também que tem responsabilidades, e as manifestações da empresa elas nem sempre correspondem a um

entendimento jurídico do contrato, o contrato ele é global, ele tem ali várias necessidades, e chama muito atenção uma empresa que assina o contrato no dia 18 de junho de 2018, e a partir do dia 19 de junho já começa a manifestar algumas diferenças que, em tese, não estariam contempladas. Mas é um assunto que está sendo finalizado por nós, por esse entendimento jurídico dessas questões, mas o fato é, tem um contrato assinado, o valor é global, e o serviço tem que ser prestado. Na ameaça de descontinuidade, nós tomaremos providências cabíveis.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bruno Souza)- Secretário, o senhor fica nos devendo então o resultado da sindicância, da investigação, se o Secretário conseguir, até o final dessa sessão especial, nos trazer o retorno sobre esse resultado, eu lhe agradeço.

Agora eu vou passar a palavra para os Deputados que se inscreveram, e eu peço que, aqueles que queiram fazer perguntas, também se inscrevam aqui, os líderes farão as indicações.

Eu passo a palavra agora mesmo e para o primeiro Deputado inscrito pelo PL, Deputado Marcius Machado, por até três minutos.

O SR. DEPUTADO MARCIUS MACHADO - Muito obrigado Presidente desta Sessão Especial, deputado Bruno Souza, ao seu também proponente Deputado Jessé Lopes, aos demais colegas de trabalho, e ao Secretário o meu cumprimento especial.

E é para poucos homens enfrentar o que está enfrentando, e continuar perseverante, porque não é fácil atuar nesse setor da área da saúde. Mas eu quero passar com os colegas, porque na realidade o meu questionamento é sobre a Covid, e o tema não é da Covid, sobre a nova ala do Hospital Tereza Ramos.

Então, eu peço escusas pelo transtorno que eu estou causando, mas será um segundo momento então, assim que o secretário tiver essa oportunidade, para que a gente possa conversar, uma vez que ele viria a Lages, infelizmente não pôde, pela agenda e por esse momento também, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bruno Souza) - Então eu passo a palavra agora para o Deputado Ismael.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Boa tarde senhor Presidente, senhores deputados, parabênizo Deputado Bruno pela proposição dessa tarde, também cumprimentar o Secretário André Motta, e eu divido meu tempo aqui com o Deputado Milton Hobus.

Eu não quero ser redundante, sei que Deputado Bruno e o Deputado Jessé já levantaram alguns questionamentos, mas eu havia rascunhado aqui quatro pontuações, que eu rapidamente trago à tona, senhor Secretário, ratificando aqui, mais uma vez, qual o valor total do contrato referente aos serviços de atendimento móvel de urgência do SAMU, mantido entre a secretaria e a OZZ Saúde. Segundo, o contrato da OZZ Saúde com Governo do Estado, em relação à gestão de hospitais e serviços de emergência médica, abrange todos os municípios de Santa Catarina, ou há regiões descobertas. Terceiro, a Secretaria possui conhecimento sobre os atrasos de pagamento, já foi citado aqui, de salários, férias, enfim, que deve ser concedido aos funcionários terceirizados, contratados pela OZZ Saúde para atuarem na rede hospitalar do Estado de Santa Catarina. Efetivamente, quais são as medidas que estão sendo tomadas, e ainda dentro desse tema, que também já foi citado aqui, o sistema de atendimento telefônico do SAMU, nós temos recebido inúmeras, centenas eu diria, reclamações, o sistema é precário, ficando muitas vezes prejudicado.

E eu gostaria de saber efetivamente, senhor Secretário, quais as providências que estão sendo adotadas para solucionar esse problema. E permita-me apenas, passando a palavra ao Deputado Milton Hobus, fazer um fechamento aqui, é um apelo, permita-me Deputado Bruno quebrar o protocolo, eu sei que a maioria dos deputados, Deputado Scheffer, fizeram aqui suas indicações para a rede hospitalar, através das emendas impositivas, o Estado aumentou a arrecadação, ICMS 19%, a arrecadação total é 5.7% em fevereiro, eu faço o meu apelo, senhor Secretário, a vossa

excelência, o senhor Governador, para que essas emendas sejam pagas ainda no mês de março, em decorrência da pandemia que estamos enfrentando. Obrigado, passo a palavra ao Deputado Milton Hobus.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bruno Souza) - Senhor Deputado Milton Hobus, o senhor pode dar prosseguimento por mais três minutos, então, e na sequência passo a palavra ao senhor Secretário da Saúde para que nos responda.

O SR. DEPUTADO MILTON HOBUS - Eu vou pedir permissão Deputado Bruno, vossa excelência que é o proponente dessa reunião, e cumprimentar o Secretário André Motta, todos os deputados, o presidente.

Apesar da importância de todos esses questionamentos com relação ao SAMU, eu queria perguntar a vossa excelência se o senhor poderia explicar um pouco os critérios da distribuição da vacina, e porque Santa Catarina está tão atrás dos demais Estados brasileiros. Eu estive olhando, Deputado Bruno, tem Estados que já utilizaram mais de 80% das vacinas que receberam, Santa Catarina aí em torno de 50%, quer dizer que está se guardando vacina para segunda dose.

Isso não é um erro estratégico, quando nós sabemos que a primeira dose, depois de alguns dias, ela já começa a gerar um efeito positivo, e ainda mais sabendo que, a partir desse mês de março, nós teremos uma regularidade de entrega semanal, pelo menos foi isso que ouvimos do Governo Federal, das vacinas para todos os Estados brasileiros. Por que nós continuarmos guardando vacina? Isso me deixa aflito, as pessoas estão aflitas, eu queria não perder essa oportunidade da vossa presença aqui, nessa reunião, para que o senhor pudesse explicar um pouquinho essa estratégia da distribuição das vacinas em Santa Catarina, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bruno Souza) - Senhor Secretário da Saúde, a palavra está com senhor por até cinco minutos.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE (André Motta Ribeiro) - Respondendo, então, o valor

total do contrato, como está ali naquela transparência, anual, de R\$ 124 milhões em 2020. A cobertura do APH em Santa Catarina é de 100%, apesar de nós termos 95 UBS, que não são unidades básicas, não são em todos os municípios, mas a cobertura ela é de 100%.

Não há notícias, ou quando houve uma ameaça de atraso de pagamentos, nós notificamos a empresa, porque a empresa recebe os recursos absolutamente em dia, e não há nenhuma justificativa para atraso de salário e outros. Férias, nós tivemos essa informação de que houve um atraso, nós cobramos da empresa isso, para que não se mantivesse esse *modus operandi*, inclusive com notificação extrajudicial.

O sistema telefônico, a telefonia, na verdade, ela é das grandes operadoras de linhas telefônicas, então nós temos essa dificuldade, que nós tentamos equacionar, junto às operadoras, que são operadoras habituais do comércio, do sistema, para que se melhore, então, essa questão da telefonia, visto que houve um aumento de demanda absurdo, inclusive, o próprio 192, 193, 190, estão com essa dificuldade.

E essa telefonia, ela é então fornecida pelas diversas empresas que estão no mercado. Quanto às emendas, Deputado Ismael, no ano passado nós zeramos, praticamente, as emendas impositivas, do que nós tínhamos, e há sim o compromisso do Governo do Estado de fazer o pagamento o mais rápido possível das emendas, agora, no mês de março de 2021 inclusive, para que se traga então mais robustez no nosso enfrentamento dessa pandemia, que teima em não nos deixar.

Deputado Milton Hobus, o critério de distribuição das vacinas, e a sua pergunta é muito pertinente, ele vem na verdade baseado no que é colocado pelo ente Federal, pelo nosso programa nacional, para aquelas fases prioritárias, fase 1, 2, 3 e 4. A nossa fase 1, aqui em Santa Catarina, nós temos 428 mil pessoas, lembrando que esses números são informados pelos municípios, dentro daquelas prioridades ali.

Então o cálculo é feito proporcionalmente, com exceção do Estado do Amazonas, mas ele é feito proporcionalmente para o quantitativo de pessoas na fase 1. Então, como o nosso Estado ele tem o quantitativo diverso de outros, principalmente para alguns que tem o quantitativo maior de pessoas na fase 1, nós acabamos recebendo, em números absolutos, dá a impressão que nós estamos recebendo quantitativo menor de vacinas.

Quanto a isso, já estamos tomando providências, tentando adequar (inaudível), inclusive, aportando um quantitativo maior de vacinas, por conta do que está acontecendo em Santa Catarina, principalmente da região oeste, que nós conseguimos trazer um quantitativo maior de vacinas.

Nós temos duas vacinas, que é a AstraZeneca-Oxford, que a segunda dose pode ser aplicada em até 120 dias, nós distribuimos todas as doses da Astrazeneca para ser então aplicada a primeira dose, mas a Coronovac é uma orientação do Ministério da Saúde, decidido tripartite, CIT Conass e Conasems, a segunda dose da Coronovac ela tem que ser aplicada em até 21, 25 dias.

Como não há uma garantia, não houve garantia de calendário, todo calendário proposto, até então, pelo Ministério da Saúde, ele teve dificuldades, nós estamos com a segunda dose no (inaudível) central para que possamos imunizar a nossa população. Se o Ministério não entregar o quantitativo prometido, nós perdemos a primeira dose dessas pessoas, isto não é justo! É recurso público que não pode ser tratado dessa forma, mas isso foi combinado assim, pelo Ministério da Saúde, pelo Conselho Nacional de Secretários de Saúde e também pelo Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde, é tripartite e é a orientação, para Coronovac guarda-se a segunda dose para que se possa imunizar as pessoas. É claro que se houver uma irregularidade de fornecimento, cada vez que chega, a gente vai liberando quantitativo maior dessas vacinas para atingir o maior número de pessoas.

E finalizando, o número conosco ele é injusto, a gente já tem quase 70% de aplicação das doses, mas há um *delay* de informação do Ministério da Saúde, e por isso que no nosso *site* a gente atualiza as nossas aplicações de vacinas todos os dias, inclusive, já tem atualização nova no nosso *site* [coronavirus.sc.gov.br](http://coronavirus.sc.gov.br), mostrando que Santa Catarina está fazendo seu papel, o Estado tem servido vacina em até 24 horas, e solicitado celeridade na aplicação pelos municípios.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bruno Souza) - Passo a palavra ao deputado Neodi Saretta. *[Transcrição: Guilherme]*

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. Presidente, senhores Deputados, estimadas sras. Deputadas, estimado Secretário! Primeiro vou fazer um parêntese sobre o ritmo de vacinação, nós cobramos muito maior agilidade inclusive dos municípios, Secretário, e eu quero dizer que finalmente, no sábado, eu vi alguns Municípios vacinando, e andaram mais. Mas foi só nesse final de semana, eu espero que isso continue acontecendo, porque são poucas doses, mas as poucas que chegam precisam, de fato, serem aplicadas rapidamente.

Nós tínhamos agendado para amanhã, na comissão de Saúde, por um requerimento do Deputado Kennedy Nunes, a presença da OZZ com a Secretária de Estado da Saúde, nos termos do requerimento proposto, mas houve um pedido do líder do Governo que se unificasse as conversas todas para hoje, e acabamos concordando, com a aquiescência do Deputado autor do requerimento, e na verdade pensávamos que aqui estaria a OZZ, neste dia de hoje, também, o que não está acontecendo. Então, talvez tenhamos que repensar os encaminhamentos na comissão de Saúde, que era importante a OZZ estar presente.

Nós apuramos senhor Secretário, que houve reunião, dias atrás, entre a OZZ, a Procuradoria-Geral do Estado, e a Secretária de Estado da Saúde, que sentaram para conversar sobre o problema, eu gostaria até que v.exa. confirmasse isso, e que haveria um pedido da OZZ, de um aditivo contratual referente a questão de pessoal

também, que a PGE só teria concordado em aditivar os valores referentes a insumos. Então, o que estaria pegando, na verdade, é a falta de reajuste de salário dos trabalhadores do SAMU, por parte da OZZ, e em função também que a PGE entende que não caberia, não teria dispositivo legal para fazer esse reajustamento, este aditivo para a questão salarial. Então, eu queria que v.exa. nos falasse se é isso mesmo? É importante esclarecer, se houve reajuste na questão dos insumos, também possa haver na questão dos trabalhadores, que talvez hoje é a questão que mais está pegando. Inclusive, aqueles recursos que supostamente o Estado estava atrasado, e pelo que apuramos de fato, não estaria atrasado, mas tem essa questão central relacionada aos trabalhadores contratados pela OZZ, que não estariam recebendo esses reajustes, e haveria esse parecer da PGE, que talvez fosse o caso de ser rediscutido, reanalisado, porque estaria impedindo esse aditivo. Eram essas as minhas colocações em face ao esgotamento do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bruno Souza) - Concedo a palavra ao Deputado Sargento Lima.

O SR. DEPUTADO SARGENTO LIMA - Boa tarde Deputados Bruno Souza, Jessé Lopes e Secretário da Saúde, obrigado pela oportunidade em poder conversar com o senhor Secretário. As perguntas são realizadas de forma rápida, e acabam ficando dúvidas para quem está ouvindo, como as realizadas pelo Deputado Jessé Lopes. Eu fiquei sem entendimento de algumas das suas respostas. Só no ano passado o Governo de Santa Catarina conferiu aditivos e repasses, que chegam perto de R\$ 125 milhões. E eu pergunto a v.exa. se confirma esse valor de R\$ 125 milhões, e o que seriam aditivos nele? O senhor pode posteriormente nos enviar isso? Também do grupo gestor, da gestão do SAMU, foram achadas irregularidades que não dizem só respeito ao 13º Salário e Fundo de Garantia, mas também com relação à manutenção da frota, esterilização de equipamentos e uniformes, e eu solicito ao senhor, se poderia nos disponibilizar essas notificações, e qual foi o parecer da Procuradoria-Geral do Estado com relação a cada

uma? Portanto, não estamos só falando somente do 13º salário, Fundo de Garantia, enfim, gostaria de saber se a Secretaria do Estado da Saúde realmente recebeu essas notificações, e quais foram as providências tomadas com relação à PGE? Minutos antes, o senhor também disse que quando da contratação da OZZ, várias empresas sentaram e apresentaram, cada uma a sua *expertise*, foi o termo usado pelo senhor, essa *expertise*, se for levada em consideração, a única *expertise* que a OZZ poderia ter apresentado, era uma condição negativa do Estado do Rio de Janeiro, que disse que ela não tinha condições de gerir o SAMU no Estado carioca, e também o menor preço não foi, porque a empresa trabalhou no teto do limite máximo do Contrato, então, são essas as minhas perguntas. E se o Senhor acompanhou ou esteve junto, ou ouviu do ex-Secretário da Saúde, o porquê. Se a empresa trabalhou com o teto máximo daquilo que poderia ser oferecido pelo contrato, quais foram as *expertises* que ofereceu, tendo em vista que a única *expertise* que tinha era negativa? E da minha segunda pergunta, e as outras duas são questionamentos, desses R\$ 125 milhões, o que foram aditivos, é esse o valor, inclusive foi retirado do *site* do Governo do Estado, e se poderia nos enviar as notificações, cada uma delas, e qual a resposta da PGE em relação a cada notificação?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bruno Souza) - Concedo a palavra, ao Deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Senhores Deputados, eu só queria fazer um registro, como já disse o Presidente da comissão de Saúde, na verdade eu havia pedido para ouvir os dois, a OZZ e a Secretária do Estado da Saúde. Por quê? Porque eu já ouvi por várias vezes, Secretário André Motta Ribeiro, essa colocação do Governo, e tendo a acreditar, mas depois, quando vamos ouvir a OZZ, a mesma fala que é tudo contrário. E a minha intenção, Deputado José Milton Scheffer, líder do Governo, é se colocar os dois órgãos frente a frente, para tirar as dúvidas. Porque nessa versão do Governo, e na versão da OZZ, estão diversos

funcionários do SAMU, que estão desesperados por conta de uma série de colocações. Eu tenho em mãos três laudas de irregularidades da OZZ, que eu queria perguntar para os dois, e agora fico prejudicado. Também estou vendo com o Deputado Neodi Saretta a possibilidade de se fazer uma audiência pública, eu sei que a intenção dos Deputados Bruno Souza e Jessé Lopes também foram essas, para tirarmos as dúvidas, mas só ouvindo um lado fica complicado. Então, portanto, só estou fazendo esse esclarecimento, que quando me disseram para retirar da comissão de Saúde o requerimento, era que nós pudéssemos fazer tudo hoje, para que o Secretário da Saúde não viesse hoje e amanhã, eu aceitei na hora. Mas, chegar aqui e ter só o Governo, e não ter a presença da OZZ, pelo menos para o que eu preciso, fica prejudicada. Portanto, aqui fica o meu registro, e vamos tratar com o Presidente da comissão de Saúde outra forma para termos presente os dois órgãos. Era só isso. Muito obrigado!

A Sra. Deputada Paulinha - Se não houver mais Deputados inscritos, v.exa. permite que eu faça uso da palavra, Presidente Bruno.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bruno Souza) - Sim, sra. Deputada, eu vou conceder a palavra, ao senhor Secretário, e após passo a palavra para a senhora. Concedo a palavra, ao Secretário de Estado da Saúde.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE (André Motta Ribeiro) - Deputado Neodi Saretta, na verdade o que houve não foi reajuste de insumos, é um reajuste de contrato global conforme o INPC, Índice Nacional de Preços ao Consumidor, que em tese aborda todas as necessidades contratuais. Nós recebemos ontem, na verdade, uma reconsideração da empresa com relação à Convenção Coletiva de Trabalho, nós já estamos reencaminhando a PGE, para entender se é possível fazer este aporte de recursos. Eu sofro muito também quando vejo meus colegas impactados, eu sou emergencista há 30 anos, e tenho um carinho especial por essa atividade. Mas, nós recebemos ontem o questionamento da OZZ sobre a questão da

Convenção Coletiva, e já estamos encaminhando para uma nova consideração da PGE a respeito do tema, porque realmente, o senhor tem razão, ele é de fundamental importância, nós estamos aqui para proteger as pessoas, seja quem trabalha conosco ou que dependem do nosso trabalho, essa é a nossa intenção.

Então, sobre os termos do aditivo que foram seis, eles começaram num contrato de R\$ 115 milhões em 2017, e no ano de 2020, foram repassados para a empresa R\$ 124 milhões. Então, essa diferença de R\$ 9 milhões no transcorrer de três anos foram os reajustes contratuais baseados no INPC, foi isto que foi praticado pelo Estado. As irregularidades, todas elas são oficiadas e notificadas à empresa, quem notifica é o gestor do contrato, e lá no início, em 2018, o Corpo de Bombeiros, em 2019 a Secretaria, e em 2020 a Secretaria do Estado, e temos notificações inclusive que vêm da nossa PGE, eu irei passar todas elas para os senhores, os documentos têm que estar à disposição de todos, tem que ser documentos públicos. Essas notificações serão encaminhadas, os senhores não tenham dúvidas disso. Então é isso, R\$ 124 milhões, mais uma vez reforçando que está na apresentação, em 2020, a diferença para o primeiro ano, foi uma diferença de R\$ 9 milhões, por reajuste de INPC, reajustes contratuais anuais que estavam previstos em contrato, e aí para uma abordagem de todas as ofertas de serviços, inclusive todos os direitos das pessoas, dos funcionários, trabalhistas e outras necessidades.

Então, acho que era isso que me lembro das perguntas realizadas, eu lamento não estar presente a empresa OZZ no dia de hoje, mas não fomos nós que trouxemos essa dificuldade, e o Estado não alega, o Estado mostra contrato, mostra documentos, e deixa muito claro a sua posição. As alegações são da Empresa OZZ, que tem que provar se tem razão ou não.

O SR. DEPUTADO SARGENTO LIMA - Secretário André Motta, então não houve aditivos, é isso? Foi um reajuste contratual?

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE (André Motta Ribeiro) - Deputado Sargento Lima, os reajustes contratuais vêm em forma de aditivos, quando se faz o reajuste, tem que mudar o contrato, aditivando o contrato naquele valor. Baseado em reajuste, conforme contrato, INPC anual. Então, a forma é aditivo, mas o motivo é a necessidade de reajuste pelo INPC.

O SR. DEPUTADO SARGENTO LIMA - E sobre a *expertise* da empresa, só faltou essa resposta Secretário?

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE (André Motta Ribeiro) - Desculpe Deputado, eu não participei na época, houve dispensa de licitação, criaram critérios para que as empresas pudessem se inscrever, não tenho certeza de quantas foram, nós não participamos desse processo inicial da licitação. A OZZ já tinha na época, me parece, um contrato no Paraná, um consórcio no norte paranaense, eles vinham de lá, outras empresas se manifestaram também, mas me parece que naquela época o Estado colocou alguns pré-requisitos de necessidade de comprovar a atuação.

O senhor tem razão, em momento posterior, foi que se ficou sabendo que a relação no Rio de Janeiro foi um tanto quanto conflituosa e, que depõem na verdade, contra o serviço. Mas tinham outras necessidades colocadas, eu não participei do processo, mas foi dessa forma que está documentado.

O SR. DEPUTADO SARGENTO LIMA - Muito obrigado, senhor Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bruno Souza) - Concedo a palavra à Deputada Paulinha, por até três minutos.

A SRA. DEPUTADA PAULINHA - Sr. Presidente, srs. Colegas, a minha fala é breve, primeiro quero dizer que me sinto bastante satisfeita com a maioria das respostas trazidas, e quero nesse momento, mais uma vez, agradecer ao Secretário André Motta Ribeiro, pela disponibilidade em se colocar a frente conosco, nessa Casa, para nos esclarecer dúvidas. E de fato, a preocupação que reside aqui, e tem um sentimento comum, é em

relação à contra prestação do serviço que se oferta ao cidadão, nós estamos, há muito tempo, recebendo reclames dos profissionais que operam em favor da empresa, que relatam problemas nas condições de trabalho, enfim. Mas, quero agradecer ao Secretário André, e aproveito também para fazer, Sr. Presidente, uma manifestação breve acerca do desempenho que o Estado tem promovido à frente da Covid-19. Ao menos em todas as relações que me foi solicitada, requerida a minha presença junto a Municípios, hospitais, o Estado tem respondido celeremente os pedidos que têm chego. Por isso, quero Secretário André, deixar aqui no Parlamento, o meu voto de agradecimento a você e a toda a sua equipe pelo trabalho incontestado que tem prestado diante da pandemia. Também compreendo e, nesse sentido, também advogo aqui pelo não fechamento pleno de todas as atividades, pois acredito que o *lockdown* total não seja uma estratégia de enfrentamento, porque ele nos derroga outros problemas, e rogo ao Secretário, que possa nos ajudar a encontrar alternativas nas quais se pondera a possibilidade de um fechamento, um toque de recolher das 23h até as 6h, enfim, medidas que não permitam que tenhamos que chegar ao cerceamento total das atividades econômicas, que já têm sofrido muito no decurso desse ano.

No mais é isso, desejar ao Secretário êxito e continuo, meu amigo André, à disposição naquilo que puder ser útil. Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bruno Souza) - Concedo a palavra ao Deputado Ivan Naatz.

O SR. DEPUTADO IVAN NAATZ - Boa tarde, srs. Deputados, sras. Deputadas, senhor Secretário, enquanto meus colegas falavam e eu ouvia o Secretário, eu me recordava das diversas reclamações que recebi nesses últimos dois anos do atendimento do SAMU. *[Transcrição: Taquígrafa Ana Maria]*

Eu quero falar especificamente da minha cidade de Blumenau, onde faltam viaturas, onde os funcionários reclamam constantemente da forma como são tratados pela empresa, e isso se estende

também pelas regiões que eu tenho maior atuação, que é a região metropolitana de Blumenau.

Sinceramente, eu gostaria de receber informações mais precisas, se falou tanto de números aqui, tanto de valores, de números de contrato, que eu me perdi. Tentei anotar aqui os números, tentei fazer um desenho específico desses dados, não consegui. Talvez o Deputado Neodi Saretta, que é nosso grande presidente da comissão de Saúde, pode na sessão próxima nos explicar um pouco melhor, porque confesso que fiquei totalmente perdido diante das informações. Não saio daqui com nenhuma explicação básica, talvez o Deputado Kennedy Nunes tenha que voltar efetivamente com o requerimento da presença da empresa, aqui, para nos explicar porque trata tão mal os catarinenses, se o pagamento está em dia, se o contrato está sendo respeitado, se o Governo do Estado está fazendo a parte dele. Por que tem tanta reclamação da prestação do serviço? Essa é a pergunta que nós temos que responder aos catarinenses. Por que chegamos a esse ponto, se está todo mundo fazendo a sua parte?! Quem não está fazendo a sua parte nesse processo? Essa é a pergunta que a gente tem que responder aos catarinenses.

E Secretário, depois, vossa excelência não precisa me informar agora, eu gostaria de saber quanto custa, de verdade, mandar um paciente de Santa Catarina para o Espírito Santo, utilizando um avião daqui para o Espírito Santo? Para levar, para buscar, para internar, para pagar a estrutura lá? Depois se vossa excelência pudesse mandar um e-mail com o custo de cada operação dessas, eu agradeceria. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bruno Souza) - Passo a palavra para o Deputado José Milton Scheffer.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Deputado Bruno, senhores Deputados, senhora Deputada, Secretário André Motta, somos sabedores do trabalho que o senhor e sua equipe vêm fazendo em nível de Estado, da dificuldade, da dureza desse momento para toda a sociedade catarinense, para

todos nós, e na sua posição com a responsabilidade que tem, quero aqui lhe cumprimentar pelo comprometimento e pela dedicação que tem dado à causa, finais de semana, não tem horário, está sempre muito prestativo, envolvido percorrendo o Estado ao lado aí desse exército que nós temos em Santa Catarina, desde prefeituras até hospitais filantrópicos, hospitais públicos, secretarias, os governos municipais, estadual e federal no combate à Covid-19.

Obviamente, que a sua explanação aqui traz para nós a mensagem de que o Estado colocou em dia a dívida que ele tinha com a OZZ. Os termos aditivos não foram feitos em razão de mudanças no contrato e, sim, de correção financeira, o que tira aí uma grande dúvida, é um contrato significativo, são R\$ 120 milhões por ano. E, realmente, o que nós precisamos aperfeiçoar nesse processo todo, é fazer com que as organizações sociais realmente cumpram o contratado com qualidade no atendimento.

O SAMU é um instrumento fundamental na atenção à saúde da população catarinense, está presente, atuante nos 295 municípios e precisa, obviamente, que o maior recurso do SAMU, não são apenas os equipamentos, mas principalmente os recursos humanos, que têm estado insatisfeito pelo modelo de gestão da OZZ. E aí, talvez, a Secretaria como gestora tenha que discutir esse assunto, encontrar caminhos para se melhorar.

O modelo de envolvimento do Corpo de Bombeiros, Santa Catarina agora com atendimento aéreo, inclusive essa semana em Santa Rosa do Sul o SAER esteve lá atendendo, resgatou uma senhora, e salvou a vida. Então, tem muita coisa funcionando bem, num sistema muito complexo.

Por isso, eu quero lhe cumprimentar pelas explanações, é óbvio que dúvidas ainda surgem e, talvez, a OZZ tenha que comparecer na comissão de Saúde para maiores explicações, mas demonstra um sistema complexo que precisa ter, dentro da Secretaria, e a minha sugestão aqui, um modelo de gestão de acompanhamento, mais especificamente, dos trabalhos das organizações sociais, seja em

hospitais, seja em outros equipamentos do Estado. Nós ainda não conseguimos, na administração pública, o modelo de auditoria e acompanhamento para fazer as organizações sociais cumprirem os contratos com a área pública. E isso é um desafio, creio eu, para os próximos anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bruno Souza) - Passo a palavra para o Secretário André Motta.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE (André Motta Ribeiro) - Eu quero só me desculpar se não fui muito claro, Deputado Kennedy Nunes, mas mais uma vez eu quero lhe garantir a entrega dessas informações escritas e documentadas para que a sua Casa Legislativa consiga então ter um entendimento melhor do que está sendo dito aqui. Tentei ser o mais sucinto possível com os dados, e trazendo as obrigações, o contrato é público, e pode ser lido. A gente sabe que reclamação nós sempre temos das nossas atuações, e estamos num momento muito impactado por conta da pandemia, então estamos acostumados com a qualidade de serviço bastante grande, e aí quando existe um aumento de mais 1.000% na demanda do nosso APH, isso é um tanto quanto complicado mesmo.

Nós temos 23 USAs no Estado, já solicitamos ao Ministério da Saúde, que é obrigação dele, a implementação de mais três USAs, que são ambulâncias UTIs do SAMU, e Blumenau tem também essas viaturas, lembrando que nós fizemos a renovação desta frota há pouco mais de um ano, são ambulâncias novas, trazidas para esse serviço. Então, o Estado solicita e quem autoriza, quem habilita, é o Ministério da Saúde. Nós temos, então, das 23 todas estão operacionais e já solicitamos a vigésima quarta, a vigésima quinta e a vigésima sexta, aguardando manifestação do Ministério da Saúde.

E os custos operacionais, eles também são públicos, a gente vai tornar isso claro para os senhores, mas eu preciso lembrar aqui uma frase do Governador Moisés, que eu acho que traduz muito, sempre com respeito ao recurso público, ao que nós temos de mais sagrado, que é entregar serviço com recursos do cidadão, recurso público, mas é como

bem dito, a vida dos catarinenses não tem preço. Então, nós faremos todo e qualquer movimento para salvar o máximo de pessoas possível, lembrando que nós (inaudível) aeromédico mais qualificado do País. Então, esse é o momento que a gente está despendendo todas as nossas forças, nossos recursos, os nossos entendimentos, que são bastante profundos de processos de segurança de transporte de pacientes para que se salve o máximo possível de pessoas e se cause o mínimo possível de sofrimentos.

E, Deputado José Milton, quero agradecer, também a Deputada Paulinha, sempre muito gentil, mas eu quero trazer também ao senhor, aqui, a minha preocupação com a forma de acompanhamento dessas empresas, organizações sociais, e outros contratos. Acho que essa uma legislação federal que precisa, de fato, ser revista, e nós precisamos entender uma forma melhor de trazer esse acompanhamento da oferta de serviço que é contratada pelo Estado, Município ou ente Federal. Eu acho que nós precisamos, sim, transpor essa dificuldade. Nós já temos planejado tudo isso, a revisão de todos os contratos, de metas das empresas que fazem a gestão tanto de hospital quanto de outras estruturas, infelizmente esse é o momento que nós estamos voltados muito ao enfrentamento da pandemia do coronavírus que, mais uma vez eu digo, insiste em não nos abandonar. Mas, nós temos também esse entendimento da necessidade de rever metas contratuais, formas de acompanhamento. Nós precisamos entregar mais com o recurso que está sendo utilizado e de uma forma ainda mais qualificada, apesar de entendermos que o nosso Estado é muito bem servido de serviço público de saúde, um Estado que tem hospitais organizados, são quase 60 hospitais hoje no enfrentamento de UTI Covid, 124 ao todo, com APH integrado com bombeiros, com aereomédico, com 100% de cobertura. Então, mesmo assim nós precisamos evoluir e melhorar os nossos processos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bruno Souza) - Sr. Secretário, vamos agora para última rodada de perguntas.

Deputada Ada De Luca - Sr. Presidente. eu gostaria de me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bruno Souza) - Sim, Deputada.

Eu vou passar a palavra para o Deputado Jair Miotto.

O SR. DEPUTADO JAIR MIOTTO - Deputado Bruno Souza e Secretário André Motta Ribeiro. Primeiro fazer o registro do que falou Deputado José Milton Scheffer, que todas às vezes que temos acionado o Secretário, ele prontamente tem nos atendido, não tem horário, não tem dia, não tem sábado, não tem domingo, isso realmente é algo que acontece, mas também colocar, Secretário, da nossa preocupação com relação, agradecer claro os esclarecimentos do SAMU com relação a toda essa tramitação, mas a preocupação com a ampliação de leitos de UTI, que é algo urgente, é algo que não pode esperar. Mas a minha colocação também vai com relação a essa disponibilidade desses R\$ 300 milhões para a aquisição de vacinas. Se Santa Catarina já está em algum consórcio? Já tem um plano de ação para aquisição dessas vacinas? Claro, seguindo os protocolos e, tão logo seja autorizado, que possamos envidar todos os esforços para isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bruno Souza) - Deputado Jessé Lopes agora com a palavra, por até três minutos para suas considerações finais, ou uma nova pergunta caso assim queira.

O SR. DEPUTADO JESSÉ LOPES - Só para gente deixar registrado. Eu recebi alguns representantes da OZZ depois que eles viram algumas das minhas manifestações, e dentro de várias perguntas que eu fiz a eles, uma me chamou muita atenção e queria saber se o Secretário confirma ou se reconhece a informação. Uma das informações que eles me passaram é que o Estado, hoje, deve em torno de R\$ 73 milhões para empresa OZZ. O Secretário reconhece essa dívida ou não?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bruno Souza) - Secretário, eu vou fazer a última consideração aqui antes de passar a palavra para o senhor, mas nós esperamos realmente que essa situação seja

solucionada, nós estamos acompanhando todo esse caso.

E, perdão, eu me esqueci, também, da Deputada Ada De Luca. Deputada me perdoe, eu vou passar a palavra para senhora e depois eu retomo aqui então.

Com a palavra a Deputada Ada de Luca.

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Boa tarde presidente Bruno Souza, boa tarde colegas.

Eu gostaria, antes de tudo, agradecer a disponibilidade do Secretário de estar aí, afinal de contas o senhor deve estar com muitos problemas para resolver. Não é? Mas, muito obrigado pelos esclarecimentos, e deixar aqui uma observação, rapidinho, mais que isso, uma constatação, que apesar de todos os problemas e reclamações que o SAMU possa ter, também como dos funcionários, como disse Deputado Ivan Naatz, eu queria enaltecer o trabalho feito por todos esses profissionais que, nos últimos dias, têm trabalhado incansavelmente no combate à Covid-19, onde a transferência dos pacientes é feita pelo SAMU, elas alcançaram 28% mais em relação ao ano passado, e que graças a Deus vem salvando vidas também. Era isso que eu queria dizer, era essa minha observação. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bruno Souza) - Com a palavra, o sr. Secretário, por até cinco minutos.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE (André Motta Ribeiro) - Eu quero, aqui, fazer coro às palavras da Deputada Ada de Luca, que realmente o nosso pessoal, tanto do SAMU quanto dos hospitais e outras estruturas, são verdadeiros heróis, estão nesse enfrentamento há um ano, deixando em casa familiares, finais de semana, envolvidos nessa missão de ajudar as pessoas que precisam do nosso atendimento e, por isso, também a Secretaria de Estado está mobilizada há um ano diuturnamente, todos os dias são segundas-feiras para nós, não há descanso, para que possamos então trazer segurança e qualidade de trabalho para esse enfrentamento tão complexo, e que não é prerrogativa de Santa Catarina, na verdade é um problema mundial.

Nós ampliamos o ano passado, Deputado Jair Miotto, 783 leitos de UTI Covid, iniciamos o ano com 548 adultos, um ganho de 160%, e já nesses 30 dias de enfrentamento mais firme, inclusive com a ida da nossa equipe e a minha participação também em várias regiões, nós já trouxemos pactuação de mais 313 leitos. Hoje o Estado oferece, já pactuado, 1.100 leitos para enfrentamento de UTI Covid, desses 860 já estão ativos. Hoje teremos mais ativação de leito de UTI pelo Estado, lembrando que não é a nossa única atuação, a gente atua em vários...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bruno Souza) - A conexão com Secretário foi interrompida, a nossa equipe técnica está tentando retomar o contato neste exato momento.

Deputada Luciane Carminatti - Deputado Bruno Souza, é possível se inscrever ainda?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bruno Souza) - Sim, o Deputado Nilso Berlanda também quer fazer uma pergunta. E, então, eu coloco a senhora na sequência. Vamos tentar ver se conseguimos retomar o contato com o Secretário. *[Transcrição: Taquígrafa Sílvia]*

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE (André Motta Ribeiro) - Peço desculpas. Eu só estou mudando de ambiente para tentar finalizar os nossos questionamentos por conta de ter dificuldades técnicas. Eu estava falando sobre a ampliação de leitos de UTI, foram 783 o ano passado e mais 313 esse ano, com mais de 1100 leitos ofertadas pelo sistema público. Esses 300 milhões de aquisição de vacinas estão reservados, mas nós precisamos lembrar que essa é uma atribuição do ente federal, não há ainda liberação para que se possa fazer aquisições, mas nós já estamos envolvidos com o CONASS, Conselho de Secretários de Saúde do Estado, assim como o Governo também já se manifestou, na impossibilidade de o Ministério da Saúde fazer aquisição, nós estamos preparados para isso, mas o Ministério já tem garantia de calendário para que nós consigamos cumprir as quatro fases dessa vacinação até junho. Seria então aquele público

alvo de 2,8 milhões de catarinenses, correspondentes a aproximadamente 40% da população a ser vacinada.

Respondendo ao Deputado Jessé Lopes, o que a empresa aponta como digna do Estado, não é reconhecida por nós, já tem parecer da Procuradoria Geral do Estado a respeito disso, existe na verdade um compromisso contratual e que tem que ser cumprido, e por isso nós estamos tentando trazer então um entendimento para ambas as partes para que o serviço não seja prejudicado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bruno Souza) - O Deputado Berlanda está com a palavra.

O SR. DEPUTADO NILSO BERLANDA - Boa tarde Secretário, quero parabenizar pelo grande trabalho que está fazendo aqui em Santa Catarina, mas a pergunta Secretário, inclusive eu mantive um contato na semana passada e fui muito bem atendido pelo diretor, alguns hospitais estão desativados, em Santa Catarina, pela Vigilância Sanitária do Estado, e que o processo está no CRM para que nós possamos ativar esses leitos nos hospitais, por exemplo, como Irani, com 22 leitos desativados. Existe a possibilidade de nós retornarmos o atendimento a esses hospitais, Secretário?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bruno Souza) - Deputada Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Eu quero cumprimentar o Deputado Bruno, Deputado Jessé, pela autoria do requerimento, e também cumprimentar todos os meus colegas Deputados e Deputadas, e parabenizar o Secretário de Estado da Saúde. Eu vou falar de um lugar bem concreto, que é o oeste de Santa Catarina. Eu estou acompanhando as reuniões do Comitê Integrado de Operações de Enfrentamento ao Covid na macrorregião oeste, e eu quero parabenizá-lo por isto, eu sugiro inclusive, não sei se tem essa prerrogativa, mas que todas as regiões tenham esse comitê integrado. Eu participei de algumas reuniões e pude sentir na pele o drama dos 53 municípios aqui da região, discutindo a falta de profissionais, onde buscar mais leitos de UTI, como abrir novos leitos de UTI, porque não é tão

simples assim, senão todos os hospitais teriam leitos de UTI. Então, eu quero primeiro enaltecer isso, porque acho que eu vi que a situação de Lages é grave, a da Grande Florianópolis, do sul, ou seja, o Estado todo.

Quero dizer também, Secretário, que aqui em Chapecó nós tivemos as atividades paralisadas, Decreto Municipal, às vezes nós escutamos falas de que o *lockdown* não funciona. Eu quero só trabalhar com números, somente números, em 18 de fevereiro nós tínhamos em Chapecó 2.779 casos ativos de Covid, em 25 de fevereiro quando deu o "boom", foi pra 4.639, 2 mil numa semana a mais, continuou aumentando, 5.555 mais uma semana, e agora, o dia de hoje, 3.488. Então, diminuimos a curva de crescimento e não tem como, colegas Deputados e Deputadas, nós só abrimos novos leitos de UTI se não estancar o crescimento acelerado da Covid.

Isso é algo que nós aprendemos muito bem aqui, inclusive no debate do Comitê de Enfrentamento. Mas é importante dizer que tem outras medidas que inclusive os técnicos do NECAT da UFSC recomendam, que é a testagem em massa, que nas empresas onde se identifica casos de Covid é o isolamento e o fechamento por alguns dias até resolver essa situação, eles falam em oito dias, isso deve ser analisado, o uso obrigatório de máscaras, para colocar as medidas no conjunto.

Eu quero dizer Secretário, que em relação aos bombeiros como um todo, eu acompanhei desde dezembro, falei com Vossa Excelência por várias vezes a situação, falei com o Secretário sobre a situação de Chapecó e eu tive a sensação, eu quero trazer aqui, quando o senhor fala da integração dos bombeiros com o SAMU. Essa pergunta para mim fica no ar, como que se da essa integração, já que aqui em Chapecó nós temos um prédio, e parece a prima rica dos bombeiros, e a prima pobre do SAMU, com estrutura sucateada, profissionais em dificuldade e toda ... Então, a minha pergunta é como se dá essa integração, já que nós estamos falando de serviços de urgência, como que nós tratamos isso, já que nós temos no mesmo terreno

uma situação e outra situação. Mas eu termino dizendo, parabenizando todas as ações que estão sendo desenvolvidas com os profissionais, os gestores, e nesse momento nós precisamos compreender que a situação é muito grave. Obrigada Bruno, obrigada Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bruno Souza) - Passo a palavra ao Dr. Vicente Caropreso, que é o último inscrito.

O SR. DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Senhor Secretário, é um prazer de novo em falar com o senhor, inicialmente parabenizando. Quem sentou já nessa cadeira sabe das dificuldades que assume e principalmente agora, em termos de pandemia, tem que ter muita paciência e muitos nervos de aço para saber interagir com todas as variáveis possíveis. E nós sabemos que existe uma variável epidemiológica de saúde, e outra variável econômica, e é essa luta diária dessas duas vertentes que fazem o estilo do Estado atuar nessa pandemia.

Embora eu tenha uma outra visão mais restritiva, eu não posso deixar de agradecer o empenho de toda a equipe da Secretaria de Saúde, do Governo como um todo, foi por esse embate, e que vem resgatando de uma maneira muito bonita o trabalho que é feito por todos os funcionários da saúde, seja da secretaria, e também da linha de frente, incluindo-se aí o SAMU. Quando ouvi a Deputada Luciane Carminatti falar em SAMU, era nossa ideia, já desde 2017, com o então Gerente do SAMU, o Coronel João Batista, para que fosse feita a integração com os bombeiros, com a simplificação das estações de comunicação e para redução de custos inclusive. Então, esse é o pensamento que eu tenho, de integração de todas essas linhas, que não faz sentido hoje qualquer acidente, qualquer situação, chamar vários números para atender a mesma situação, ai não dá. De qualquer jeito, eu quero parabenizar também as pessoas que trabalham no SAMU, que vêm desenvolvendo um trabalho realmente digno de nota, assim um trabalho extraordinário e que merece todo nosso respeito e admiração.

Terminando, só tenho a agradecer, parabenizar o seu trabalho, sua coragem e também do Governador por estar enfrentando com esses nervos de aço uma situação adversa como essa pandemia. Obrigado, senhor Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bruno Souza) - Secretário, eu vou passar as palavras finais para o senhor, mas quebrando o protocolo, para que nós não precisemos retornar mais e retornar ao senhor outra vez, o senhor falou algo que me deixou muito preocupado, o senhor falou que o prazo para a segunda dose da vacina, vou quebrar o protocolo perguntando de outro assunto, porque já foi perguntado antes, é até 25 dias. Eu fui aqui verificar e a segunda dose da vacina, para quem tem 90 anos ou mais, foi aplicada há mais de três semanas, e diversos municípios ainda não aplicaram a segunda dose. O senhor falou que o prazo é de 25 dias, entretanto tem diversos municípios, por exemplo, São José não aplicou a segunda dose em ninguém ainda, acima de 90 anos, e já passou os 25 dias, já passou mais de três semanas na verdade. Florianópolis aplicou apenas em 25% dessa faixa etária. Como o Estado vê isso e como que pode fiscalizar, enfim, orientar para que a segunda dose seja aplicada dentro do prazo? Então passo a palavra para o senhor.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE (André Motta Ribeiro) - Deputado Berlanda, nós estamos buscando vários hospitais, que estão fora da política hospitalar, que possam trazer estruturas de enfrentamento, e aí os hospitais que o senhor citou, nós temos um número mínimo de documentos a serem apresentados e estrutura mínima também para que mantenhamos segurança de processos, nós já pactuamos aí quase 600 leitos novos, clínicos, e todas as solicitações estão sendo consideradas de forma célere e obviamente que nós iremos contemplar tudo o que é possível.

Deputada Carminatti, o Centro Integrado de Operações de Chapecó, ele já está sendo organizado no norte do estado, também no sul, para que tenhamos um enfrentamento similar, e o nosso COES, que está desde 12 de março aqui instituído,

ele vai tomar conta de toda a região da Grande Florianópolis e da Serra para que possamos, então, ter um atendimento mais rápido das necessidades.

Obviamente nós precisamos atuar na questão da circulação das pessoas, isso é importante, e a circulação das pessoas quanto maior, mais esse vírus acaba se acelerando. Então nós temos esse modelo de compartilhamento de decisões com os municípios desde junho, nós estamos trazendo isso para discussão, e estamos analisando também, que nós fizemos restrição nos últimos 15 dias, um decreto que esta em vigência ainda, até quinta feira, então um grupo de Governo, (inaudível) municípios, está discutindo e decidindo o que se faz pontualmente de ação para tentar melhorar esse perfil de enfrentamento, lembrando que no Estado o vírus se dissemina de uma forma desigual, e nós temos que entender quais são as atividades que de fato precisam ser impactadas para que possamos ter maiores resultados. A testagem em massa é sim uma ação importante, nós estamos adquirindo testes, já distribuimos de novo mais 300 mil testes no Estado, estamos comprando, trazendo do Ministério da Saúde essa possibilidade de testar mais.

A integração, ela iniciou lá em 2017, 2018, teve um momento que nós tivemos algumas dificuldades, mas ela tem seus pontos positivos e tem suas dificuldades. Nós temos que melhorar e qualificar mais a integração, trazer de fato um relacionamento mais equânime entre todos os atores desse processo, e isso é missão dessa secretaria.

Deputado Bruno, o ideal da CoronaVac é entre vigésimo primeiro, vigésimo quinto dia, com um prazo máximo de 30 dias. Os acima de 90 anos, foi uma população que ela começou a ser vacinada num momento posterior aos profissionais de saúde e aqueles institucionalizados, então, as notícias que nós temos em nossos controles internos, dizem que as aplicações da segunda dose ainda estão nos prazos adequados, mas nós vamos verificar essa sua preocupação e chamar a atenção para aqueles municípios que eventualmente estejam descumprindo o prazo, porque é fundamental a segunda dose da

CoronaVac em máximo 30 dias, 25 dias é o prazo ideal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bruno Souza) - Na verdade, Secretário, conferindo aqui, só dessa faixa etária de 90 anos acima, apenas 69% foi vacinado. Eu peço realmente que o Secretário tome providências, porque afinal nós estamos vacinando, vacina é escasso, imagina nós vacinarmos pessoas e essa vacina perder a eficiência porque nós não conseguimos nos planejar, organizar, fazer a logística adequada para dar a segunda dose no prazo. Eu peço que o senhor chame atenção nesse ponto, porque me parece que é algo fundamental, e é algo delicado, que deve ter uma atenção necessária.

Eu agradeço muito a presença do Senhor aqui hoje, eu lembro que Churchill, durante a Segunda Guerra Mundial, enquanto conduzia os esforços de guerra, ia às terças-feiras prestar contas ao Parlamento inglês sobre o que estava sendo feito. Então, o senhor aqui presente hoje, também é quase um esforço de guerra, mas faz parte da atitude democrática de trazer informações à Casa, que é tanto a fiscalizadora como também a proponente do nosso Estado de Santa Catarina. Muito obrigado pela sua presença.

E, com isso, eu encerro a presente sessão especial, agradecendo a presença do Secretário e de todos os Deputados. *[Transcrição: Gabriel]*

Está encerrada a sessão.

*(Ata sem revisão dos oradores.)*

*[Revisão: Taquígrafa Sara]*